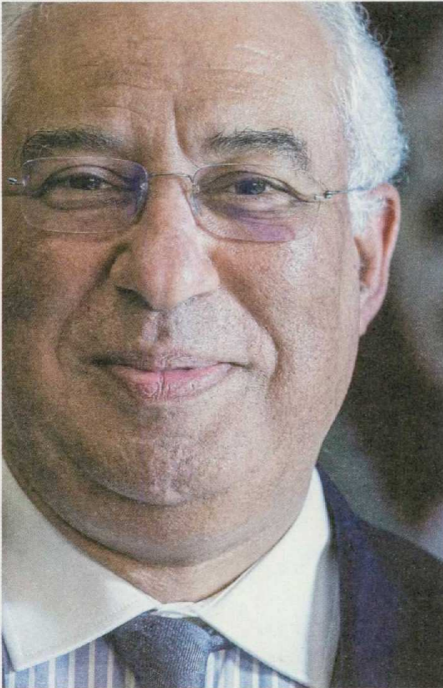




“A justiça dirá se Rui Pinto é um herói ou um criminoso”



Falando de outro dos temas do momento, Luan-da Leaks, Rui Pinto está preso mas é visto como herói por uma parte da opinião pública. A ministra da Justiça referiu-se à transposição da diretiva sobre proteção de denunciante, mas não haverá nenhuma cedência a pressões para acelerar esse processo legislativo?

O processo legislativo decorre de uma forma normal e a justiça também dirá se o Rui Pinto é um herói ou um criminoso. Uma das grandes vantagens do nosso sistema constitucional é haver uma separação de poderes em que a justiça administra a justiça e a política administra a política.

Mas o legislador pode acelerar ou andar mais devagar. Essa é uma opção política. Iremos andar com o ritmo que está previsto na nossa programação legislativa.

Não sente que esteja a fazer falta este estatuto tão reclamado?

A nossa legislação já tem várias medidas de proteção do denunciante, já valoriza significativamente a colaboração com a justiça, mesmo por parte de quem cometeu algum crime e o diferencial introduzido pela diretiva é diferente do que acontece noutros países. Está constituído um grupo de trabalho, que tem um número significativo de medidas em estudo, nomeadamente a que foi mal traduzida como delação premiada quando na verdade o que se trata é de valorizar a colaboração com a justiça, resolvendo alguns problemas técnicos, e em março ou abril serão apresentadas conclusões e em função disso transformaremos as conclusões em iniciativas legislativas a apresentar à Assembleia da República.

Insiste muito nessa mensagem, à justiça o que é da justiça, mas este caso tem potenciais consequências até no plano económico, dado o nível de participações de Isabel dos Santos em empresas portuguesas. O Bloco de Esquerda tem alertado que o Governo não pode desinteressar-se. Admite que tenha de haver uma atenção maior nesta questão?

O Governo não é pai das empresas. Tem por função ter políticas económicas que assegurem um quadro estável à atividade empresarial. Tem de intervir em situações de crise e no que diz respeito ao universo empresarial da engenheira Isabel dos Santos interveio quando teve de intervir, aliás com bom sucesso. Quanto ao mais, o desejo que

temos todos seguramente é que as vicissitudes judiciais que atingem a engenheira Isabel dos Santos não tenham impacto na atividade económica das empresas de que é titular.

Não vê em todo este processo mais um motivo para desconfiança em relação ao sistema de regulação e supervisão financeira?

Não quero entrar por aí. Só direi que iremos renovar na Assembleia da República a proposta de lei que já apresentámos e que caducou no fim dos trabalhos da legislatura anterior e que prevê uma reestruturação do nosso sistema de supervisão financeira.

Houve algum contacto ao mais alto nível entre Angola e Portugal, sobre este caso?

(Silêncio) Os contactos de mais alto nível entre Angola e Portugal são correntes, permanentes e acontecem com toda a regularidade. É sabido que houve um período que sofreu um “irritante”, já ultrapassado.

E este não é um novo incómodo?

Não creio que seja um incómodo para ninguém. Para Portugal não é e para Angola seguramente pelo contrário.

Consideras as 100 questões colocadas pelo juiz Carlos Alexandre sobre o processo de Tancos e a insistência em o ouvir presencialmente uma provocação?

Como foi noticiado, já recebi. Quanto à resposta, respeito as instituições e não comunico com elas através da Comunicação Social, mas diretamente e pelos canais próprios, porque é assim, num estado de direito democrático, a relação que deve existir.

Não pedimos naturalmente que comente questões em concreto, mas sente a pressão de subsistirem dúvidas sobre o grau de conhecimento que teria ou não da operação?

A mim não me coloca nenhuma pressão. Tudo o que havia a esclarecer ficou devidamente esclarecido nas respostas que dei à Comissão Parlamentar, onde todos concluíram o que tinham a concluir sobre o que me dizia respeito, ou ao Governo. E neste caso, ao contrário do que possa parecer nos títulos de alguma imprensa, eu fui indicado como testemunha pelo prof. Azeredo Lopes, não sou nem arguido nem testemunha de acusação nem nunca fui ouvido sobre esta matéria.

“SE O CDS CONTINUAR A DESISTIR DO CENTRO, O PS PELA SUA PARTE SÓ AGRADECE”